

Parlamentaristas tentam acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As pressões desencadeadas pelo presidente Sarney contra o parlamentarismo e a favor do presidencialismo, mesmo cedendo maiores poderes ao Legislativo, começam a dar resultados. Os constituintes parlamentaristas decidiram ontem criar uma comissão especial interpartidária, formada pelos senadores Afonso Arins (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), com objetivo de manter entendimentos com o presidente da República em busca de uma emenda capaz de conciliar as duas tendências.

O presidente Sarney não está medindo esforços para evitar a aprovação do parlamentarismo na forma em que está colocado no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. A nova ofensiva, que está sendo conduzida pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, é atrair os constituintes parlamentaristas de forma compacta, contando para isso com o apoio dos parlamentares presidencialistas, segundo informou ontem o deputado Jorge Leite, após despacho com Sarney, no Palácio do Planalto.

O presidente do PFL, Marco Maciel, um dos aliados do presidente Sarney contra o parlamentarismo, já está em plena atividade. Ontem, pela manhã, Maciel foi até a residência do líder do PDT, Brandão Monteiro, para uma reunião, que durou mais de duas horas. O PDT é todo presidencialista, conforme orientação do ex-governador e presidente do partido, Leonel Brizola.

A reunião foi positiva, na medida em que ficou acertado que as lideranças dos dois partidos vão rever suas emendas para identificar o que existe de comum entre elas, estabelecendo um "diálogo positivo" na Constituinte. Na defesa do presidencialismo, o presidente Sarney contará com o apoio do PT, pois o deputado José Genofrio já anunciou o apoio à tese presidencialista de governo. Mas tanto o PDT quanto o PT querem o apoio do Palácio do Planalto contra o voto distrital, contido no primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), que ontem manteve uma audiência de 40 minutos com o presidente Sarney, saiu do Palácio do Planalto muito animado com as possibilidades da Assembleia Nacional Constituinte aprovar o presidencialismo, com o fortalecimento do Legislativo, que terá inclusive permissão de alterar proposta orçamentária e de legislar sobre matérias econômico-financeiras.

No Congresso Nacional, ontem, alguns parlamentares comentavam que, na escalada das pressões contra o parlamentarismo, o presidente Sarney está mobilizando também o chamado segundo escalão do governo, incluídos os presidentes das estatais. Assim foi interpretado o jantar que o presidente da Portobrás, Carlos Teófilo, ofereceu em sua casa, anteontem, a vários parlamentares do PMDB, do PFL, do PTB e até do PDT, com o prévio consentimento do ministro dos Transportes, José Relâmpago Tavares. Um dos participantes, Alair Ferreira (PFL-RJ), morreu ontem de manhã de infarto.

O deputado Jorge Leite, após audiência no Palácio do Planalto, disse que Sarney conta com maioria presidencialista dentro da Comissão de Sistematização. Essa maioria, pelas

suas contas, é traduzida em 51 votos a favor do presidencialismo contra 42 a favor do parlamentarismo — são 93 os membros da Comissão de Sistematização.

Entretanto, está não é a opinião do deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara. Ele revelou que a pesquisa em andamento na bancada está revelando a preferência pelo parlamentarismo. Contou que dos 259 deputados do PMDB, mais de cem já responderam à pesquisa, cujo resultado parcial demonstra que 71 apoiam o parlamentarismo, 35 preferem o presidencialismo e quatro são a favor de um sistema misto.

Mesmo assim, Luiz Henrique, que integrou o grupo de 20 constituintes reunidos na noite de anteontem no apartamento do deputado Cid Carvalho, está disposto a contribuir para um maior entendimento em busca de uma proposta capaz de receber o aval do presidente Sarney. O objetivo da comissão especial interpartidária, conforme garantiu Luiz Henrique, é conciliar e não estabelecer o confronto entre a Constituinte e o Palácio do Planalto, e admitiu que a fórmula ideal é preservar os poderes do presidente da República e, ao mesmo tempo, fortalecer o Poder Legislativo. Ele não aceita a tese do Deputado Prisco Viana, que atribui à necessidade de fazer oposição a Sarney o fato de alguns constituintes apoiarem o parlamentarismo.

Emenda do Sarney

O presidente Sarney não está perdendo tempo e com a assessoria do consultor-geral da República, Saulo Ramos, já elaborou a emenda a favor do presidencialismo que será apresentada hoje ao substitutivo do relator Bernardo Cabral por um grupo de parlamentares governistas, liderados pelo deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP). A emenda de iniciativa do Executivo prevê que o presidente da República será o chefe do governo, do Estado e comandante supremo das Forças Armadas; o Congresso poderá apresentar voto de censura aos ministros, exceto os militares e o chefe do Gabinete Civil, mas sujeitos a veto presidencial. O Congresso recupera todas as prerrogativas perdidas no período autoritário e recebe novos poderes, especialmente na fiscalização dos atos do Executivo, que terá doravante de submeter à sua aprovação programas de grande porte, como a Ferrovia do Aço.

O regime presidencialista proposto pelos parlamentares fiéis a Sarney terá o Conselho de Defesa Nacional para opinar sobre estado de sítio, de defesa e intervenção nos Estados. Haverá comissão permanente mista do Congresso para fiscalizar os atos financeiros, orçamentários e programáticos do governo e os ministros serão obrigados a comparecer com frequência ao Congresso, participando de debates como parlamentares, e não apenas para fazer exposições. O presidente da República continuará com a faculdade de baixar decretos-leis nos mesmos casos excepcionais hoje previstos, mas não haverá decurso de prazo e o Congresso poderá emendá-los.

A censura aos ministros, maior concessão de Sarney para obter o apoio dos constituintes, somente acontecerá por maioria absoluta da Câmara e se não resultar na demissão dos ministros. Diante do veto presidencial, mesmo assim ele estará prejudicado politicamente. A expectativa é que os ministros censurados renunciem, afirma um dos autores da emenda.



Brossard aconselha aproveitar a tradição

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

"Em nome da qualidade", o ministro da Justiça, Paulo Brossard, não hesitaria em apoiar a prorrogação, por alguns meses, do prazo previsto para a elaboração da nova Constituição. Ao admitir a medida ontem em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, Brossard disse também que, em sua opinião, a Constituinte deveria ter outro ritmo de trabalho.

"Uma lei constitucional não é inteiramente nova", explicou o ministro, para quem a Carta deve refletir "tanto as aquisições do passado como os problemas do futuro". Depois de criticar o substitutivo de Bernardo Cabral — "está longe de ser o ideal" —, Brossard detalhou seu método: "O mais racional seria verificar previamente aquilo que se pode entender como direito constitucional consolidado da Maçon brasileira, boa parte do qual foi sendo formulado a partir da Independência. Ao lado desse patrimônio, ter-se-ia de escolher os temas de natureza constitucional, a respeito dos quais é preciso

haver uma definição política. Se fosse assim, teríamos mais da metade da lei constitucional pronta. E um terzo ou um quinto a ser decantado e traduzido em novas regras".

Sobre o substitutivo de Bernardo Cabral, o ministro da Justiça disse esperar que "os erros sejam corrigidos". afirmou também que é contra a realização de um plebiscito sobre o futuro sistema de governo. "Por que não se fez um plebiscito para saber se a Nação aceitava a República?", perguntou, frisando que "ou aceitamos os princípios da democracia representativa ou simplesmente não aceitamos".

Paulo Brossard considera que o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, tem todo o direito de manifestar suas opiniões sobre a Constituinte, como o fez quando criticou a minoria radical. "O cargo de ministro é essencialmente político, seja qual for a pasta", disse, acrescentando que não estranha os ataques que estão sendo feitos ao general. Para Brossard, "a crítica é natural, e tem dois lados: tanto se critica quanto se é criticado".

Militares contra acesso a informações sigilosas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Além de uma profunda modificação no papel constitucional das Forças Armadas colocado no substitutivo de Bernardo Cabral, os militares pretendem, através de emendas que estão encaminhando à Assembleia Nacional Constituinte, acabar com a figura jurídica do *habeas data*, ou seja, o direito constitucional dado ao cidadão para tomar conhecimento de informações e referências pessoais constantes nas fichas do SNI, Cenimar, Clex, Cisa e outros órgãos de informações.

Previsto no artigo 21 do texto de Bernardo Cabral, no capítulo das garantias constitucionais, o *habeas data* assegura o conhecimento e retificação de dados das referidas fichas registradas por entidades particulares, públicas ou oficiais. É a primeira vez que aparece na Constituição e conta com total oposição dentro da área militar. Ontem, um assessor parlamentar revelou já ter saído de um dos ministérios militares emenda constitucional destinada a acabar com o *habeas data*.

Das Forças Armadas sai também uma outra emenda para alterar o artigo 77, inciso II, e artigo 115, inciso XXIII, do substitutivo de Bernardo Cabral, que conferem ao Congresso Nacional atribuições para permitir o trânsito e permanência temporária de forças estrangeiras no território nacional. Na Constituição vigente, tais permissões são feitas apenas pelo presidente da República. A extensão de tais poderes ao Congresso Nacional, implica, segundo um

oficial da ativa, uma "intromissão indevida do Legislativo", podendo provocar problemas até mesmo nos treinamentos conjuntos que fazem os militares brasileiros com tropas estrangeiras, notadamente com as norte-americanas. Assim, conforme a emenda patrocinada pelos militares e assinada por parlamentares cuja identidade não foi revelada, a autorização do Congresso Nacional para que navios, aviões ou tropas estrangeiras cheguem ao Brasil se limitará a períodos de guerra. Na paz, julgam eles, basta a autorização do presidente da República.

A anistia é outro item que os militares não aceitam em absoluto. Mesmo em fórmula branda, como saiu no projeto do substitutivo. Segundo os ministros, "a anistia acabou na emenda 26/85". Mesmo como está — com possibilidade de beneficiar marinheiros e oficiais do Exército punidos em 1964 e apenas com o pagamento de uma pensão, com direito a promoção — a proposta não recebe o aval militar.

A pensão aos ex-combatentes é outro artigo que, para as Forças Armadas, deve ter o mesmo fim que a anistia: fora do texto constitucional. Individualmente, a Marinha não concorda ainda com o artigo 242, tendo patrocinado emenda destinada a manter o texto da Carta de 1967, no que se refere à navegação de cabotagem e interior e ordenação do transporte marítimo nacional. A FAB, por sua vez, ficou satisfeita pelo fato de ter desaparecido do texto constitucional a subordinação do Correio Aéreo Nacional e do Departamento de Aviação Civil.

Tributação, o tema dos governadores

Os governadores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, à exceção de Henrique Santillo (GO) e Carlos Bezerra (MT), estarão reunidos hoje em Florianópolis, para discutir a situação econômica e política do País, especialmente questões ligadas à reforma tributária e ao regime de governo. Na segunda-feira, os governadores Orestes Quércia (SP) e Pedro Ivo (SC) encontraram-se em São Paulo para acertar os detalhes da pauta da reunião. Mas o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, de antemão está contra uma das propostas que serão apresentadas: a realização de um plebiscito, até 90 dias após promulgada a nova Constituição, para permitir que os eleitores decidam sobre o regime de governo.

Manifestando-se contra o parlamentarismo, que chamou de "poma-da-maravilha", Aparecido alegou que a realização de um plebiscito contraria a decisão tomada pelo PMDB em convenção nacional, em julho: "Se a convenção teve como resultado que a definição do mandato do presidente e do regime de governo seria uma responsabilidade da Assembleia Nacional Constituinte, a realização de um plebiscito iria tirar a força nacional e legítima dos membros da Constituinte".

No entanto, José Aparecido de Oliveira considera indispensável que os governadores discutam o regime de governo, sobretudo a posição de Quércia, que é favorável ao presidencialismo: "E essa é também a posição do governador do Distrito Federal, o único que representa, pela atual Constituição, uma escolha pessoal do presidente da República".

Aparecido vai Florianópolis preparado para fazer propostas aos demais governadores apenas sobre a reforma tributária. "Se nós não conseguirmos essa reforma, continuaremos vivendo a ficção de uma autonomia. Os estados e municípios não passam, hoje, de pensionistas da União".

O governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, confessou-se ontem "triste e decepcionado" com a reforma tributária proposta pelos constituintes. Ele só não participa da reunião de hoje em Florianópolis porque viaja para a Europa em busca de recursos para seu estado. Bezerra destacou a importância do encontro de governadores para se obter uma estratégia de ação visando aumentar o percentual de participação dos estados e municípios na arrecadação tributária do País.

Ivo defenderá o plebiscito

FLORIANÓPOLIS
AGÊNCIA ESTADO

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, vai defender hoje, na reunião com os dez governadores da região Centro-Sul, a realização de um plebiscito para definir o regime de governo do País ainda antes da promulgação da nova Constituição. Segundo informou o secretário de Comunicação Social catarinense, Geová Amarante, os governadores se reunirão no Hotel Castellar, em Florianópolis, das 9 às 14 horas, sob divulgação um documento contendo as conclusões sobre os assuntos debatidos se houver unanimidade de opiniões.

Caberá ao governador Pedro Ivo apresentar uma proposta de discussão para cada um dos seguintes temas: reforma tributária; endividamento dos estados e dívida externa;

relacionamento dos estados com a União e, finalmente, regime de governo. Mas, segundo Geová Amarante, a reunião de hoje será informal e não foi convocada para ser a prévia de outra, desta vez com todos os governadores, que se realizará no Rio.

Participam da reunião de hoje os governadores do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além do vice-governador de Goiás. Todos eles defendem o presidencialismo, com exceção do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que é favorável ao parlamentarismo. Pedro Ivo considera que um regime parlamentarista só poderia ser implantado se o País tivesse partidos fortes.

"Independência é ficção"

"A escassez de recursos financeiros transformou a autonomia das unidades federadas na moderna ficção do Estado brasileiro." A frase é do governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, e faz parte do discurso que ele lerá hoje em Florianópolis, durante a reunião dos governadores. Segundo Aparecido, a única saída para os estados e os governadores lutarem pela aprovação, na íntegra, do capítulo tributário do anteprojeto de Constituição, que "determina melhor distribuição dos impostos de renda e de produtos industrializados (IR e IPI)".

José Aparecido é de opinião que o percentual previsto no substitutivo — de 21,5% e 22,5% da arrecadação daqueles dois impostos federais — não é suficiente para aliviar de vez a situação dos estados e dos municípios. "Na verdade, para superar o caos administrativo nos dois outros níveis de governo, será necessário que a metade da arrecadação do Imposto Renda e do Imposto dos Produtos Industrializados seja destinada

aos estados e municípios." Ainda assim o governador de Brasília pede a seus colegas que lutem pela aprovação do capítulo tributário, mas adverte: "A providência (de elevação dos percentuais de participação) não merece ser tida como revolucionária, sobretudo porque o aumento será paulatino, de modo a se chegar a esses percentuais no ano de 1993".

O governador aponta em seu discurso o responsável pela situação: "O autoritarismo asfixiou um poderoso clamor nacional por uma melhor divisão de recursos financeiros entre a União, de um lado, e os estados e municípios, de outro. Os governos discricionários levaram a efeito mudanças na sistemática tributária com o objetivo de concentrar em suas mãos todos os recursos públicos".

ALMINO, PRESIDENCIALISTA

O vice-governador do Estado, Almino Afonso, declarou ontem que a implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil "poderá criar um impasse político similar ao que ocorreu em 1961" (o parlamentarismo foi a solução encontrada para que João Goulart tomasse posse, após a renúncia de Jânio Quadros).

De viagem hoje para 15 dias de férias na China, Almino alertou que, "com o quadro econômico difícil, com uma crise social que cada dia é mais aguda, não termos também um comando político definido pode ser dramático". Por ter vivido "muito de perto" a crise de 1964, o vice-governador diz rezear que "novamente surjam obstáculos para a reorganização democrática do País". Almino acha que o anteprojeto de Constituição de Bernardo Cabral deve ser alterado no capítulo das Forças Armadas: "Eu acho que nada muda se mantivermos o texto tradicional".



José Aparecido 27/05/86

Cardoso lidera diálogo sobre forma de governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os integrantes do grupo parlamentarista, liderados pelo senador Fernando Henrique Cardoso, decidiram elaborar emenda propondo a implantação do regime parlamentarista em prazo razoável", a ser decidido depois da promulgação da futura Constituição. A proposta será apresentada oficialmente ao presidente José Sarney e, depois, negociada com os demais grupos de influência na Constituinte, de modo a ser aprovada por consenso. Segundo o líder do PMDB, a mudança do regime não pode ser promovida sem consulta ao presidente, "seria no mínimo uma descortesia".

Fernando Henrique classificou o regime de "parlamentarismo atualizado", com eleição direta do presidente da República, mas a chefia do governo ficaria com o primeiro-ministro. O presidente, entretanto, teria outras funções como a condução da política externa e dividiria algumas outras atribuições com o primeiro-ministro. O grupo parlamentarista tem mais de 40 integrantes e reuniu-se na casa do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), reagindo à ofensiva do presidente Sarney pela manutenção do presidencialismo.

Temer insiste na consulta popular

AGÊNCIA ESTADO

O deputado Michel Temer (PMDB-SP) reapresentou ontem, em Brasília, proposta de emenda para que o sistema de governo a ser adotado na futura Constituição seja submetido a plebiscito após a promulgação da nova Carta. Temer considera que a consulta popular não atingirá a soberania da Constituinte, pois seria feita depois que o novo texto constitucional estiver pronto. Na hipótese de o sistema proposto pela Constituição ser rejeitado pelo referendo, a Comissão de Sistematização teria que elaborar, em 15 dias, projeto de outra forma de governo (parlamentarista ou presidencialista) e submetê-lo a discussão e deliberação final da Constituinte.

Por sua vez, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem em Belo Horizonte ser contrário a qualquer tipo de plebiscito proposto. "Os constituintes já foram legitimados nas urnas", sustenta, criticando a proposta de parlamentarismo. "O País precisa tomar a decisão patriótica e corajosa em defesa do presidencialismo", frisou. "O País não suporta eleições todos os dias, já que o parlamentarismo é um regime de eleições frequentes." Cardoso condena o parlamentarismo mitigado, como "algo dúbio".

Emenda extingue partidos políticos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT) apresentou emenda na Constituinte extinguindo os atuais partidos políticos e aqueles que se encontram em formação. Se aprovada a proposta, os atuais parlamentares se reunirão em blocos, vedada a transferência de um bloco para outro até que sejam organizados novos partidos. "O pluripartidarismo no Brasil tornou-se anárquico e caótico", justificou Spinelli.

Já o parlamentar gaúcho Victor Faccioni (PDS) anunciou ontem emenda estabelecendo que os presidentes da República, da Câmara e do Senado, depois de eleitos, perderão o registro de filiação partidária a fim de exercerem suas funções "acima das siglas e das divergências entre partidos políticos".

Quando à proposta de criação da Rádio do Congresso Nacional, resuscitada agora pelo 1º secretário da Assembleia Nacional Constituinte, Marcelo Cordeiro, foi rechaçada com veemência pelo líder do PFL, José Lourenço. Segundo ele, "é um absurdo e uma irresponsabilidade a criação de uma emissora do Congresso, principalmente quando o povo passa fome e está sem casa para morar. Além disso, o povo já está cheio de Constituinte".

Senador pergunta: "Quem governa?"

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

O senador Ruy Barcelar (PMDB-BA) questionou ontem, no comício pelas eleições presidenciais em 1988, realizado no centro de Belo Horizonte, "quem é o atual presidente da República". E explicou que tinha "grandes dúvidas": "Fico pensando se é mesmo o José Sarney ou o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército. Segundo o senador, "Sarney está tão desacreditado que não se parece mais presidente".

Ruy Barcelar convidou a população que compareceu ao comício a "pressionar os constituintes" na fase final de elaboração da futura Constituição. "Se o povo não pressionar, a vontade da Nação não se vai sobrepor à vontade do governo". Para ele, o general Leônidas Pires Gonçalves, ao criticar os trabalhos dos constituintes, "mandou um recado aos covardes", mas "está claro no País que não existe mais clima de golpe militar".

Já o senador Afonso Camargo (PMDB-PR), também garantiu que no Brasil "não existe clima de golpe militar". Para ele, pronunciamentos como o último do general Leônidas Pires Gonçalves, são hoje apenas "recados indevidos, que vêm como ameaças de quem se preocupa com o que vai ser escrito na Constituição".

Lyra reage contra "cartas marcadas"

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

"Este é um governo de cartas marcadas, em que não se sabe se o dr. Ulysses é co-gestor ou primeiro-ministro", disse ontem, em Belo Horizonte o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), ao defender a realização de eleições diretas para presidente da República em 88. Convicto de sua tese, ele afirmou que "apesar de todo o fisiologismo e da corrupção do governo em busca do mandato de cinco anos, ainda será possível uma reação da Constituinte".

Se dependesse de Fernando Lyra, "o presidente Sarney sairia amanhã do cargo que ocupa". Mas, a partir da análise de um "quadro realista", admitiu que a eleição presidencial não deve ocorrer antes de maio de 88. Ex-ministro da Justiça, ele criticou o presidente Sarney, "que não está conduzindo a transição que ajudamos a construir". Fernando Lyra, integrante do Movimento Unidade Progressista, disse que seu grupo deixará o PMDB em outubro ou novembro, antes da promulgação da nova Constituição. Segundo ele, o MUP não pretende, de imediato, filiar-se a outro partido. Mesmo assim, admitiu que as conversas com o Partido Socialista Brasileiro "estão bastante avançadas".